

Crise ecológica: decifra-me ou devoro-te

"MATA"

Hoje me matas

violentamente

com este machado

Mas,

Amanhã das minhas flores

te farão uma coroa,

do meu caule tua urna mortuária.

Aí sim.

Irás ao encontro da minha raiz.

Eu te esperarei lá embaixo.

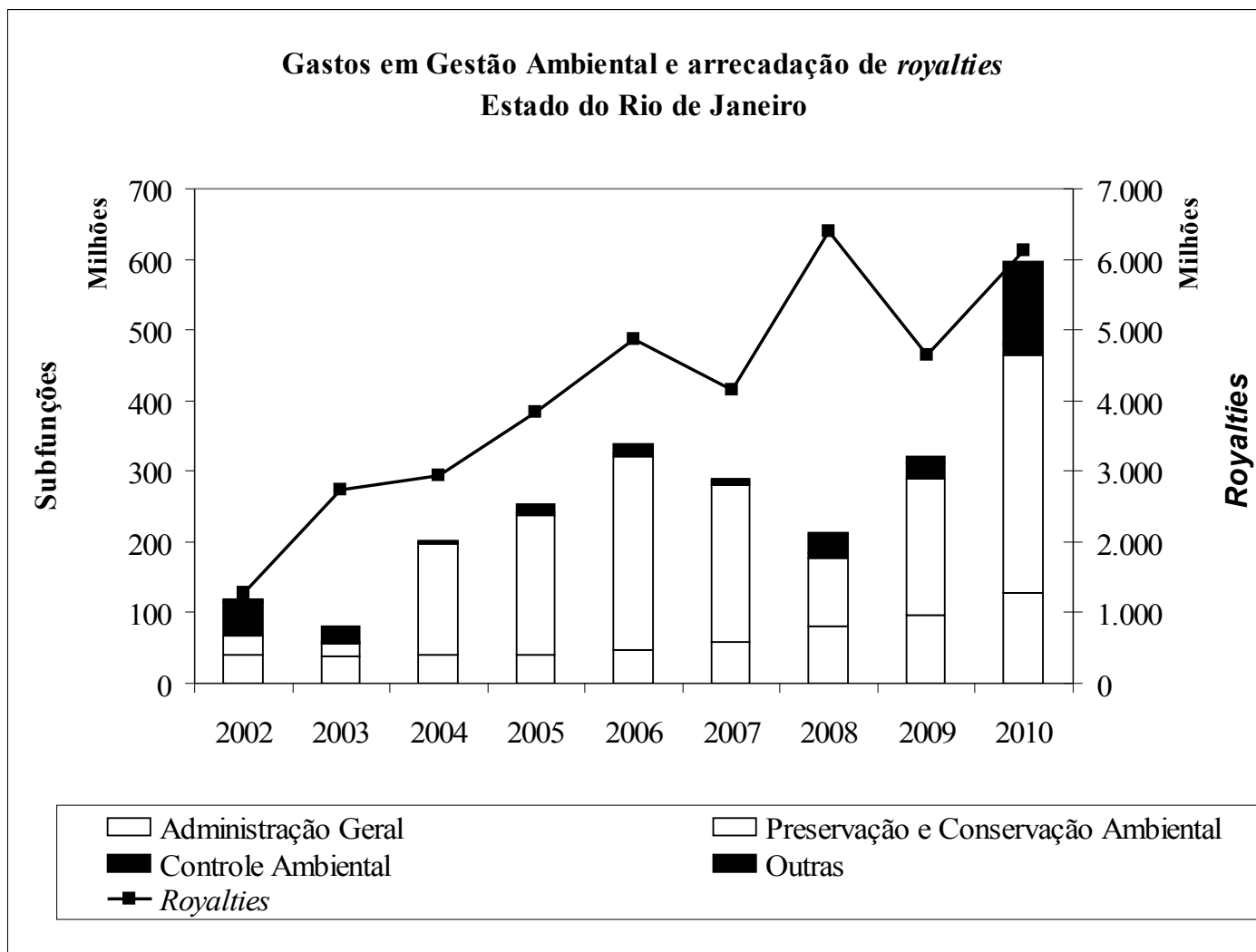
(Selmo Vasconcellos, Rondônia)

Conservar nosso planeta de forma que as gerações futuras também possam desfrutar dos recursos naturais é um legado que toda a sociedade deve tomar para si. Porém, seria possível compatibilizar o crescimento econômico com meio ambiente ecologicamente equilibrado? Como tal atitude afeta os aspectos econômicos? Por outro lado, como o Estado trata a questão ambiental no orçamento público?

Para tentar responder a essas e outras questões e estimulado pela proximidade do dia mundial do meio ambiente (5 de junho), o FPO promoveu o debate “Desenvolvimento Sustentável é possível?”, que contou com as seguintes presenças: Economista Fabrina Furtado (Jubileu Sul), Professor Carlos Eduardo Young (UFRJ) e Ambientalista Sérgio Ricardo (ex-CONEMA). Além dos debatedores o evento teve o depoimento da Irmã Henriqueta, ameaçada de morte por sua atuação no combate à pedofilia no Pará numa conexão entre a degradação ambiental e a humana. Já o momento poesia com economia teve a participação do ator Eduardo Tornaghi.

Para dar início ao evento, a equipe FPO apresentou dados orçamentários referentes aos recursos aplicados às questões ambientais no estado e no município do Rio de Janeiro. Foram analisados os gastos com Gestão Ambiental e seus desdobramentos no período de 2002 a 2010, além do comportamento dos recursos oriundos dos *royalties* do petróleo.

Gráfico 1



Fonte: SIG (Sistema Informações Gerenciais) em valores nominais.

Conforme é possível observar, o gasto com a Função Gestão Ambiental é influenciado pelo comportamento dos royalties do petróleo e participações especiais. Isso ocorre porque dispositivo constitucional determina que 5% destes recursos sejam destinados para o Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano. Desta forma, a indenização pela extração de petróleo torna-se a principal fonte de recursos do gasto ambiental.

No entanto, é possível notar um descolamento em 2008, ano em que houve a maior arrecadação de royalties e participações especiais. A causa pode ter sido uma mudança na destinação dos recursos do Fundo, na medida em que suas ações não foram concentradas na gestão ambiental, mas distribuídas também pelas funções saneamento e transporte.

Outro destaque é o crescimento da participação dos convênios nos últimos dois anos devido às transferências da União destinadas às obras do PAC (quase 40% em 2009). Estes recursos foram destinados, principalmente, para os programas Projeto Iguaçu e Recuperação Infraestrutura Hidrográfica Baixada Campista.

Pelas subfunções notamos que Preservação e Conservação Ambiental tem o maior peso do total, em 2006 ela chegou a representar mais de 80%, contudo de 2007 para 2010 sua participação diminuiu, de 76% para 56%, enquanto outras como saneamento básico, 9%, e habitação, 5%, cresceram.

Essa mudança trouxe mais transparência para os gastos, na medida em que era possível encontrar os mais diversos programas, desde limpeza de canais e obras de esgotamento sanitário até obras de programa habitacional e do metrô, dentro desta subfunção. Em 2006, por exemplo, foram gastos mais de R\$ 42 milhões com trens, R\$ 111 milhões com desenvolvimento urbano, R\$ 57 milhões com obras do metrô e R\$ 28 milhões com saneamento.

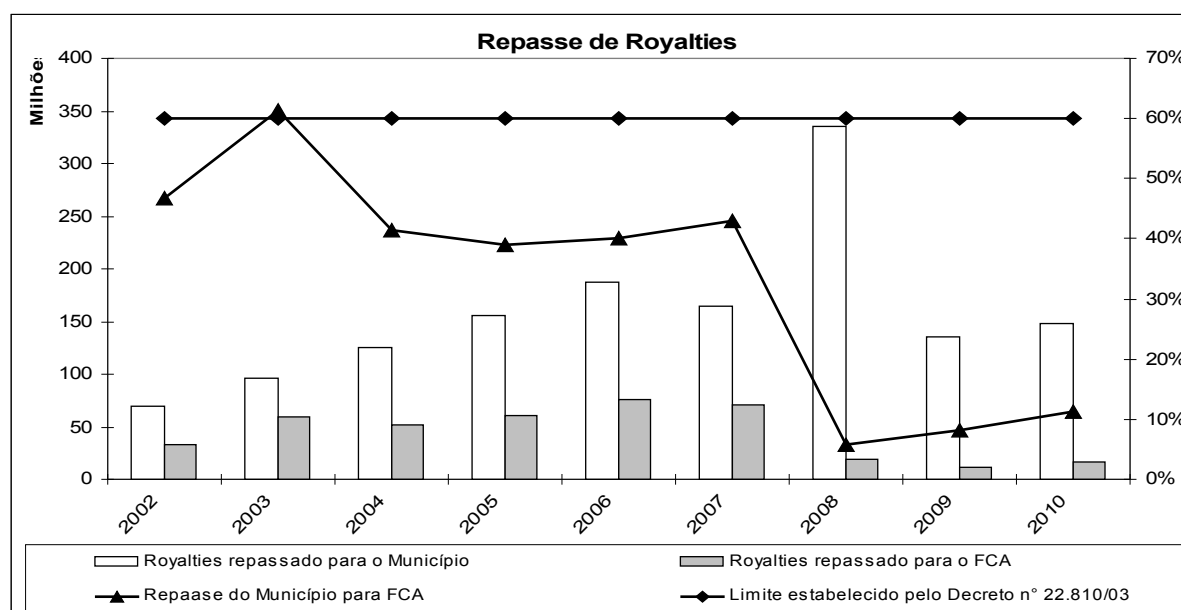
Em segundo lugar está a subfunção Administração Geral, que concentra os gastos com pessoal e manutenção. Ela mais que triplicou no período, em termos nominais, e sua participação no total alcançou 21% em 2010.

MUNICÍPIO DO RIO DO JANEIRO

Royalties de Petróleo

O Decreto n.º 22.810/03 estabelece que o Município do Rio de Janeiro tem a responsabilidade de repassar 60% das receitas transferidas com *royalties* de petróleo para o Fundo de Conservação ambiental (FCA). Este fundo tem o objetivo de aplicar seus recursos em projetos de recuperação ambiental, prevenção a danos do meio ambiente e educação ambiental.

Gráfico 2



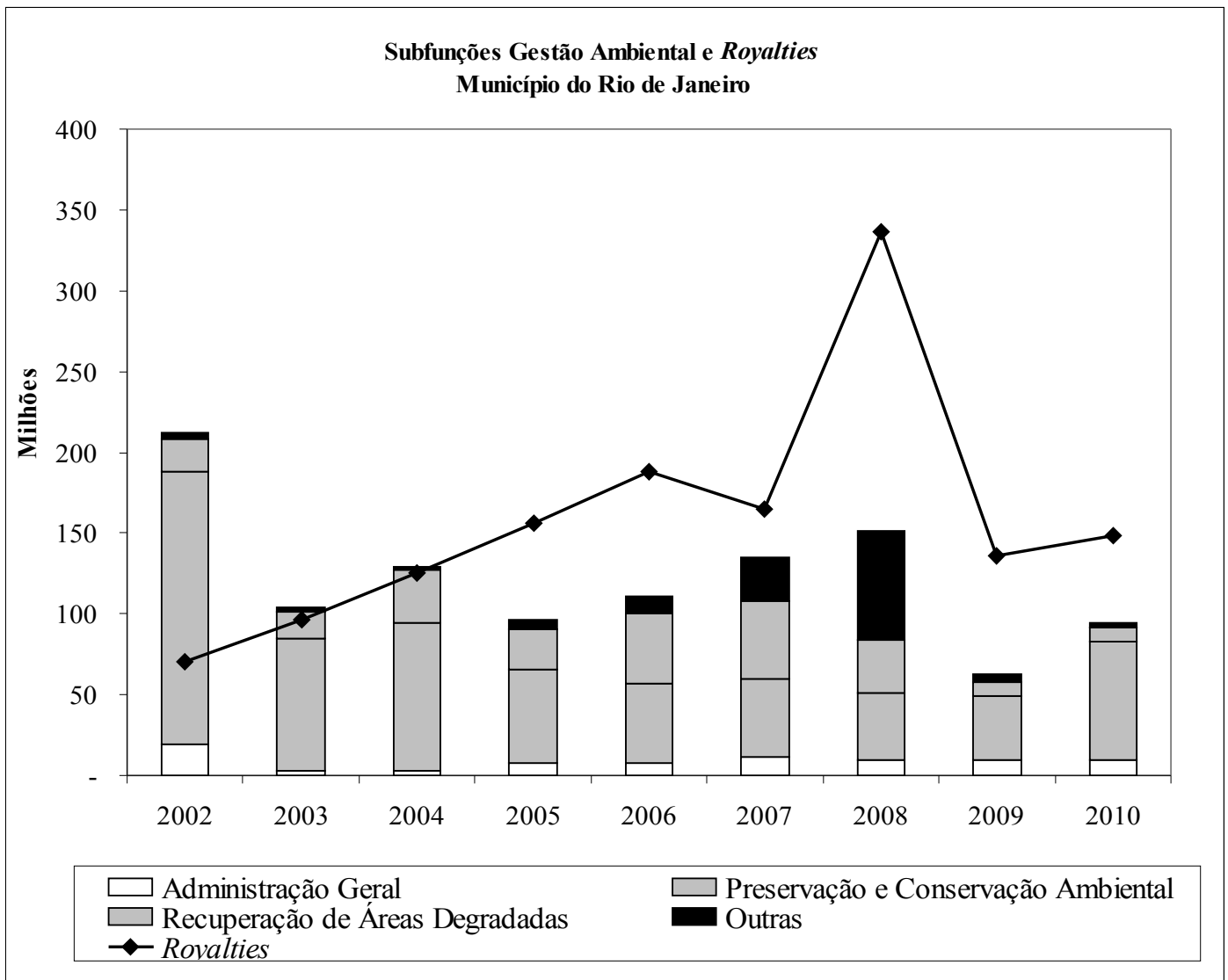
Fonte: Prestação de contas 2002 a 2010.

Os repasses de *royalties* são quase a totalidade da receita do FCA, representando uma média de 90%, e financiam quase todos os gastos da Gestão Ambiental.

O Gráfico 2 explicita a falta de cumprimento deste decreto, pois em quase todos os anos os repasses do município para o fundo ficaram abaixo do estabelecido, exceto no ano de 2003 que atingiu 61% devido ao acréscimo do montante de R\$ 6,5 milhões que era para ter sido contabilizado no ano anterior. Isso deixa claro que houve uma manobra contábil para se atingir o decreto neste exercício.

Em 2008 ocorreu uma brusca queda de R\$ 51 milhões em comparação com o ano anterior em virtude de uma mudança na contabilidade justificada pela perda dos rendimentos financeiros, impactando os anos subsequentes.

Gráfico 3



Fonte: Prestação de Contas (2002-2010) e em valores de março/2011.

O Gráfico 3 apresenta o gasto da Função Gestão Ambiental subdividido em subfunções. Foram destacadas três: Administração Geral, Preservação e Conservação Ambiental, e Recuperação de Áreas Degradadas. Em Outras estão contabilizadas as subfunções restantes.

Em Administração Geral estão concentrados os gastos com pagamento de pessoal e manutenção, uma despesa sem grandes oscilações.

A subfunção Preservação e Conservação Ambiental é a maior em termos de montante gasto: excetuando o período de 2006 a 2008, esta sempre liquidou mais de 60% dos gastos. Contudo, apresenta muitas despesas relativas a custeio e campanhas de educação ambiental.

Já Recuperação de Áreas Degradadas concentra programas como, por exemplo, tratamento dos recursos hídricos e recuperação de áreas verdes. Entretanto, esses gastos representam uma média de 19,5%. Somente nos anos 2006 e 2007 romperam o percentual dos 30%, marcando, respectivamente, 39% e 35%. Para 2011 estão previstos apenas R\$ 4,5 milhões, 5%, para esta subfunção.

Em Outras estão agregadas subfunções como Lazer, Controle Ambiental, etc. O alto valor desta soma em 2007 e 2008 se deve às subfunções Serviços Urbanos e Saneamento Básico, que liquidaram juntas R\$ 22 milhões em 2007 e R\$ 53 milhões em 2008.

Para 2011 estão previstos R\$ 89 milhões para a Gestão Ambiental, o menor volume no período analisado, que correspondente a 0,49% do orçamento total. A subfunção Preservação e Conservação Ambiental segue a tendência de ter a maior parte dos recursos. Liquidou, por enquanto, R\$ 30 milhões, equivalente a 56% do previsto para a mesma.

Enchente: todo ano a mesma história

O problema da enchente assola a nossa cidade há muito tempo e pode-se dizer que se tornou quase endêmico à região. Todo ano é a mesma história e não são feitas ações suficientes que resolvam de vez essa questão.

Aproveitando o tema acerca do meio ambiente, o FPO coletou dados de como anda o orçamento relativo à prevenção e/ou resolução de danos causados pelas chuvas em nosso município.

A tabela 1 mostra o histórico dos últimos sete anos do Programa Proteção de Encostas e Áreas de Risco Geotécnico. Tal programa inclui projetos que atuam para prevenir e minimizar problemas causados pelas chuvas, bem como executar obras preventivas e de recuperação de encostas.

Tabela 1

Proteção de Encostas e Área de Risco Geotecnico		
	Previsto	Liquidado
2005	7.566.220,55	6.027.488,51
2006	2.770.250,13	3.768.656,69
2007	7.421.995,09	2.720.268,62
2008	7.742.834,32	4.214.127,25
2009	6.072.850,15	7.600.364,11
2010	7.906.895,84	149.576.504,59
Total	39.481.046,08	173.907.409,77

Fonte: Prestação de Contas 2005 – 2010.

A média do que foi liquidado de 2005 a 2009 foi de quase R\$ 5 milhões por ano, com destaque para os anos de 2007 e 2008, onde as taxas de liquidação do programa foram de apenas 37% e 54% respectivamente.

O ano de 2010 chama nossa atenção, pois o programa que tinha como dotação inicial

R\$ 8 milhões liquidou o montante de R\$ 150 milhões, ou seja, aproximadamente 20 vezes mais do que havia sido previsto. Provavelmente, tal fato pode se explicar pelo desastre causado pelas chuvas, que ocorreu em abril do ano passado em nosso município. Nosso governo esperou acontecer para depois tentar contornar o problema em caráter imediatista. Os cariocas perderam praticamente uma semana de trabalho e de aulas, pessoas perderam suas casas e suas vidas, sem contar o aumento de casos de leptospirose e dengue.

Já que obras de prevenção estão inclusas no programa, por que em anos anteriores não foram feitas melhorias em nossa cidade para que as consequências causadas pelas chuvas fossem ao menos minimizadas? Tomar uma atitude de apenas remediar torna o prejuízo para a população muito maior.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL É POSSÍVEL?

Os debatedores apresentaram posições diferentes em relação à possibilidade de se ter desenvolvimento sustentável.

A economista Fabrina Furtado apresentou um histórico da questão ambiental no cenário econômico global. A construção da atual crise ecológica veio à tona nos anos 60 quando os desafios da degradação ambiental e os limites do crescimento econômico foram evidenciados. Surgiram discursos críticos sobre o meio ambiente como o ecodesenvolvimento, mas foram logo submetidos aos ditames da globalização econômica.

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio-92) procura conciliar o crescimento econômico com preservação ambiental dentro do sistema capitalista sem efetivamente lidar com os conflitos em torno do acesso, apropriação e uso da natureza. Segundo ela, a adoção desse modelo culminou no modo de produção consumista e concentrador, aguçando a crise ecológica. Hoje o conceito da vez, agenda central da Rio-2012, é o da economia verde, um novo ciclo de acumulação capitalista.

Ao longo do processo histórico foi criada uma grande dívida ecológica pela escravidão, extração e roubo da biodiversidade e de conhecimentos tradicionais dos povos do Sul, e por instrumentos de controle e opressão neoliberais como a dívida, acordos comerciais e de investimento, a subjugação cultural e o uso da força que proporcionaram o poder econômico, industrial e militar dos países do Norte. Tem como objetivo mudar as relações entre os países, determinar responsabilidades e debater o meio ambiente para além dos argumentos da conservação e sustentabilidade.

Para Fabrina, a justiça ambiental passa pela reparação dessa dívida e pela construção de outros desenvolvimentos que buscam integrar a questão social, política e ambiental, dada a sua indissociabilidade. Em resumo, a natureza está mais do que nunca no centro dos conflitos, mas a questão central é saber quem, como e para que controlar os "recursos" naturais.

Carlos Eduardo Young tem outra visão e acredita no aumento da produção e consumo, sem degradar o meio ambiente, como meio possível e desejável de melhoria da qualidade de vida.

A argumentação a favor do desenvolvimento sustentável foi construída baseada em dados e pesquisas de que expansão no setor de serviços e construção geraria mais renda e

mais emprego sem precisar aumentar o grau de exploração ao meio ambiente. Enquanto que expandir atividades primárias não seria tão efetivo na geração de renda e traria maiores prejuízos à questão ambiental.

Outro ponto apresentado por Young diz respeito ao fato de que onde há desmatamento há queda na qualidade de vida da população e cresce o número de conflitos gerados por interesses fundiários. Ou seja, desmatar está ligado não só à questão ambiental, mas também à questão social.

Enfim, Young, como seguidor das idéias de Keynes, propõe que o Estado reorienta os investimentos de forma a impedir não somente a degradação ambiental, mas também social.

A linha de pensamento do ambientalista Sérgio Ricardo traduz uma forma dual sobre as questões ambientais. Embora ele concorde com a Fabrina que o modelo de desenvolvimento sustentável é voltado para o capitalismo, ele acredita que é possível gerar uma economia sustentável, ou seja, haver produção sem objetivar o consumo em massa e ao mesmo tempo preservar o meio ambiente.

Outro ponto abordado foi a crítica ao novo código florestal, por possibilitar o aumento do desmatamento e não proporcionar uma punição aos causadores, além de aumentar a concentração de latifúndios. Isto contribuirá para o modelo econômico baseado na monocultura e especialização de produtos primários. Segundo Sérgio, este código promoverá uma tragédia para a sociedade urbana.

O debate mostrou que a questão ambiental pode ser encarada sobre diversas óticas, entretanto todos concordam que os problemas ambientais estão associados à questão social e econômica, seja como o reflexo de uma sociedade consumista moldada por um modelo produtivo, seja na possibilidade de associar uma produção que atenda às necessidades da população com o desenvolvimento sustentável.

As matérias aqui publicadas são de responsabilidade do Fórum Popular do Orçamento do Rio de Janeiro através da equipe de apoio do Corecon-RJ e de colaboradores. Nesta edição colaboraram:
No debate: Carlos Eduardo Young, Fabrina Furtado e Sérgio Ricardo.
Na poesia: Eduardo Tornaghi.
Nos dados e análises estaduais: Econ. Paula Mota.

FORUM POPULAR DO ORÇAMENTO – RJ
Coordenação: Cons. Renato Elman, Cons. Eduardo Kaplan, Econ. Ruth Espínola Soriano de Mello e Econ. Luiz Mario Behnken.
Assistentes do FPO-RJ/Corecon-RJ: Est. Fabio Pontes, Est. Karine Vargas e Est. Talita Araujo.
fporiodejaneiro@gmail.com
2103-0121 e 2103-0120

A versão completa dos dados e análises tanto produzida pela equipe FPO quanto pelo debate realizado sobre este tema está disponível em www.corecon-rj.org.br/fporj.asp

Próximo tema a ser abordado: **A validade do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.**